

CAPÍTULO 25

O USO DOS ARQUIVOS E DAS FONTES DOCUMENTAIS ESCOLARES NO ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Smile de Souza Golobovante
Alberto Damasceno
Marcus Vinicius da Rosa Ribeiro
Viviane Bezerra Dourado
Suellem Martins Pantoja
Monika de Azevedo Reschke
Iza Andrielle Batista Duarte Madeira
Ana Paula Cunha de Sousa

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar uma proposta metodológica de uso das fontes documentais dos arquivos escolares no ensino de História no âmbito da educação básica, assim como apontamentos teóricos-metodológicos necessários ao professor desta matéria em sua exequibilidade. Para a execução da proposta metodológica, foi tomado o caso específico do Colégio Estadual Paes de Carvalho, planejando-se uma atividade didática sobre o Brasil da República Velha à Era Vargas, a partir de fontes documentais disponíveis no próprio arquivo escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Educação Patrimonial. Arquivos Escolares.

1. INTRODUÇÃO

O documento é para Le Goff um monumento que resulta do esforço das sociedades históricas de impor ao futuro determinada imagem de si (LE GOFF, 2002). Então, por isso, o historiador, fugindo da ingenuidade, precisa ‘desmontar’ e buscar compreender as condições e as intenções de sua produção. Essa tarefa do historiador pode ser utilizada como uma metodologia de ensino de História. Não obstante, é verdade que o uso de documentos no ensino de História não é de hoje, pode-se encontrar fragmentos de documentos ou iconografias nos livros didáticos há décadas. O documento, no livro didático, cumpria o papel de ilustração do acontecimento histórico, utilizado como comprovação da verdade, sem problematização, hoje, seu uso não é proposto de forma tão simplista.

Para além do uso de documentos no livro didático, os arquivos escolares guardam fontes documentais dos mais variados teores: boletins, históricos, livros de ata, de presença de alunos, funcionários, professores, entre outros. Estando esses arquivos escolares depositados na escola, poderiam ser problematizados com os alunos no âmbito da sala de aula e utilizados em uma atividade didática no ensino de História? E a História das Instituições escolares poderiam ser relacionadas aos já extensos conteúdos programáticos de História na educação básica? Os

diretores, secretários e demais funcionários escolares, sendo eles verdadeiros guardiões desse tesouro documental, estariam dispostos a autorizar seu uso em sala de aula?

Diante dessas problemáticas, o presente artigo visa apresentar a uma proposta didática de uso do acervo documental dos arquivos das instituições escolares no ensino de História na educação básica. A proposta didática que será apresentada, utilizando-se das fontes documentais disponíveis no próprio arquivo escolar, engloba o Brasil no período da chamada “República Velha”. Vale atentar sobre a denominação utilizada aqui para o recorte histórico que será utilizado “Republica Velha”, o termo encaixa-se no que a Circe Bittencourt chamou “Noções históricas singulares” que foram consolidados pelos historiadores e são delimitados no tempo e no espaço e resultam por designar conteúdos programáticos e até capítulos de livros didáticos, tais termos e conceitos são importantes para tornar o objeto histórico inteligível, por isso demandam de uma descrição mais precisa deles (BITTENCOURT, 2009).

Será tomada nessa proposta didática o caso específico do Colégio Estadual Paes de Carvalho, no entanto, a intenção é que a proposta possa ser adaptada nas mais diferentes realidades escolares, em diferentes contextos e recortes históricos, dependendo do acervo do arquivo escolar. Os passos metodológicos dessa atividade e sua problematização, em consonância com o currículo escolar, serão abordados ao final desse texto.

No entanto, é indispensável para desenvolvimento da proposta didática que será apresentada, prévios e apontamentos teórico-metodológicos ao professor de História para a sua execução. O docente, consciente da importância, necessita perceber as possibilidades didáticas da História das instituições escolares e o seu uso estabelecendo relações com o currículo de História na educação básica, proporcionando assim uma nova problemática no ensino de História. Outro aspecto imprescindível é perceber as possibilidades de interface entre a educação patrimonial e o ensino de História, e, por conseguinte, o uso dos arquivos escolares no ensino de História.

2. IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Considerado o caso específico do Colégio Estadual Paes de Carvalho que foi fundado em 1841, no início do governo de Dom Pedro II, por iniciativa do presidente da província do Pará, Bernardo de Souza Franco. A instituição abriga um dos mais antigos arquivos escolares do Brasil que podem se converter em ferramenta metodológica no ensino de História. A

utilização dessas fontes documentais dos arquivos escolares com os alunos, durante as aulas de História, é uma questão central na proposta metodológica.

As fontes documentais dos arquivos escolares foram elaboradas em contextos e para fins específicos, indagá-las no sentido da busca de sua intencionalidade, coletivamente no interior da sala de aula, possibilita o aluno a adentrar no campo da História das instituições escolares, e, por conseguinte, seja ampliada a possibilidade de compreensão da História da educação, na medida em que a História das instituições escolares se relacionam com os mais diferentes processos históricos, convertendo-se, assim, em uma possibilidade metodológica de ensino de História na educação básica, que incorpora a realidade vivenciada do aluno.

A reconstrução da História do Colégio Estadual Paes de Carvalho, quando efetuada no interior da sala de aula, a partir do exame das fontes documentais do arquivo escolar, cria as bases para a compreensão do processo de produção historiográfica, ganhando significado maior na medida em que traz a expressão de sujeitos e grupos sociais, que vivenciaram a realidade escolar ou a influenciaram ao longo do tempo, sendo relevantes para compreensão da História da Educação da sociedade paraense, temporalmente e espacialmente, dialogando com o que defendia Rüsen sobre condições, finalidades e objetivos do Ensino de História (RÜSEN, 2012). No sentido de ser indispensável que professores e alunos busquem a renovação dos conteúdos, a construção de problematizações, apreensão de várias Histórias lidas a partir de distintos sujeitos, Histórias silenciadas e também condições, finalidades e objetivos do ensino de História no que se refere aos métodos e atividades de ensino da História na aula. Assim, a História da educação e a História das instituições escolares podem ser tomadas como novas problematizações da História, que podem possibilitar aos alunos uma aproximação aos processos históricos ocorridos ao longo do tempo.

Apanhado os conceitos forjados em Rüsen acerca do ensino de História, a construção da consciência histórica exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de uma argumentação histórica crítica, na medida em que o contato com o patrimônio, com o arquivo e a fonte documental busca a mobilização, não de todo um passado, ou de uma narração universal, oficial e nacional-patriótica (RÜSEN, 2012).

A História das instituições escolares, e o uso desses arquivos escolares na aula de História, significa uma experiência específica do passado, relacionada à vivência do aluno que, a partir do seu presente e suas experiências, possa romper e desvelar a linearidade das narrativas históricas patrimoniais oficiais dentro do espaço escolar.

O estudo, a pesquisa e o uso metodológico dos arquivos das instituições escolares enfrentam o mesmo problema existente em toda investigação documental: as precárias condições de preservação dos arquivos, fontes e acervos bem como seu armazenamento e sua manutenção, especialmente pelas escolas públicas, dificultam a pesquisa documental, problema crônico no Colégio Estadual Paes de Carvalho, onde o arquivo escolar encontra-se em péssimas condições de conservação e organização dos documentos.

As precárias condições do arquivo escolar não inviabiliza a pesquisa, o estudo e dinamização na sala de aula com os alunos, apesar de retardar o processo de investigação, estudo e o uso metodológico, pois se faz necessário uma organização prévia, simultânea e voluntária do arquivo escolar no sentido de que ao mesmo tempo que as fontes documentais são estudadas ou usadas metodologicamente é necessário contribuir com a organização e se possível catalogação das fontes, no sentido de viabilizar seu uso posterior em outra atividade, pesquisa.

As condições do espaço físico do arquivo escolar do Paes de Carvalho são precárias, apesar do esforço dos funcionários na organização do acervo mais recente, a partir da década de 90 até hoje. As fontes documentais, algumas de mais de 170 anos, estão em uma sala pequena, armazenados em prateleiras sem estrutura mínima de conservação. A organização do acervo mais antigo, os documentos do século XIX e da primeira metade do século XX, foi feita em maior parte pelos pesquisadores que já utilizaram o acervo documental para suas pesquisas.

No arquivo do Colégio Estadual Paes de Carvalho são muitas as possibilidades de estudo, pesquisa e uso metodológico no ensino de História, devido à riqueza do acervo documental, que começa em 1841. No espaço encontram-se registros de alunos e professores que tiveram notoriedade na sociedade paraense e no Brasil, seja na ciência, literatura, política, como: Eidorfe Moreira, Silvio Nascimento, Dalcídio Jurandir, Gaspar Vianna, Annunciada Chaves, além de 15 (quinze) ex-governadores do Pará, incluindo o atual governador Simão Jatene.

O acervo documental da escola, do período entre 1841 e 1960, é riquíssimo de atas, boletins, livros de ponto de funcionários e professores, correspondência oficial, diplomas, no entanto, os documentos além da desorganização, apesar dos documentos do século XX estarem organizados em décadas, estão em situação muito precário e difícil de manusear pelo estado de deterioração, nem sendo adequado tal prática sem as devidas preocupações técnicas.

O recorte histórico do Colégio Estadual Paes de Carvalho, que foi selecionado para ser trabalhado na proposta metodológica, é o compreendido entre a Proclamação da República 1889 e 1930. Nesse período histórico, o então Lyceo Paraense, posteriormente renomeado Colégio Estadual Paes de Carvalho, foi equiparado ao Gymnasio Nacional, posteriormente denominado Colégio Dom Pedro II, pelo Decreto Federal N. 1.121 de 01 de novembro de 1892 que, segundo Moraes (2011), ofereceu à instituição paraense equiparação curricular e o plano de ensino apropriado para cumprir o papel de templo de ciência e democracia no Pará (MORAES, 2011). Os desdobramentos da equiparação estão amplamente documentados nos planos de ensino, correspondência oficial, atas de reunião, regimento interno, podendo ser utilizados nas aulas de História. Ainda nesse período histórico, a escola foi denominada Ginásio Paes de Carvalho pelo Decreto Estadual N. 959 de 9 de fevereiro de 1901, do governador à época Augusto Montenegro.

A denominação da escola em homenagem ao Dr. José Pais de Carvalho, médico, Senador Constituinte em 1890, Governador do Pará entre 1897 e 1899 e um dos fundadores do Clube Republicano do Pará, criado em 1886 com o intuito de propagar os ideais republicanos na então província, tornou-se seu presidente em 1889. Paes de Carvalho era símbolo de uma elite que ascendeu ao poder com a Proclamação da República brasileira, por isso era compreensível no sentido de legitimação política, denominar um dos mais importantes centros de formação intelectual da Amazônia, com o nome de seus maiores expoentes políticos e intelectuais.

É necessário considerar que apesar do foco da proposta didática ser a República Velha, a História das instituições escolares não atende necessariamente a periodização utilizada nos livros didáticos e nos conteúdos programáticos propostos pela SEDUC. Por isso, a proposta didática chega ao contexto da Era Vargas que iniciou com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas 1930, após liderar o movimento de 1930 que derrubou o governo Washington Luis, colocando fim à hegemonia política de paulistas e mineiros. Os quinze anos de governo Vargas caracterizam-se pelo nacionalismo e populismo. Nesse período foram realizadas duas reformas educacionais de ampla capilaridade no sistema educacional brasileiro e que tiveram destaque na História do Paes de Carvalho, foram a Reforma de Francisco Campos e a Reforma Capanema. Essas reformas foram desdobramentos do Estado Vargas e da superação do Brasil agrário-exportador para o Brasil nacional-desenvolvimentista.

No entanto, a Reforma Educacional de Francisco Campos de 1931, estruturou e centralizou na administração federal, entretanto, não rompeu com a política educacional que

vinha sendo praticada no Brasil (SAVIANI, 2007). O rompimento com a política educacional da República Velha só ocorreu com a Reforma Capanema de 1942 e que no Colégio Estadual Paes de Carvalho só efetiva-se em 1946 quando o Regimento é publicado no Diário Oficial do Estado do Pará. Por isso, apesar do foco da atividade ser a República Velha, não se poderará desconsiderar a Era Vargas.

Ao encadear a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho com os processos históricos do Brasil, no período republicano previsto nos conteúdos programáticos, percebe-se a viabilidade da História das instituições escolares como uma possibilidade de problematização no ensino de História, o que leva-se a perceber que as fontes documentais utilizadas e manuseadas para pesquisa historiográfica podem ser utilizadas metodologicamente no ensino de História na educação básica. Essa possibilidade metodológica de uso do acervo documental do Paes de Carvalho na perspectiva da História das instituições escolares, faz possível notar a urgência de refletir sobre as dimensões e os desafios do ensino de História no âmbito da educação básica.

3. DIMENSÕES DO ENSINO DE HISTÓRIA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A História, como saber, é um meio que pode contribuir para que o indivíduo compreenda o processo educativo do qual participa, já que o conhecimento histórico ajuda no entendimento do homem enquanto ser que constrói seu tempo e sua sociedade. O ensino de História deve também contribuir no amadurecimento de consciências que contribuam na construção de uma sociedade democrática e pautada nos direitos humanos.

Na educação básica, espera-se que, ao longo do ensino fundamental, os alunos gradativamente possam ampliar a compreensão de sua realidade, especialmente confrontando-a e relacionando-a com outras realidades históricas, e, assim, possam fazer suas escolhas e estabelecer critérios para orientar suas ações. No ensino médio, o ensino de História objetiva compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e a dos outros, ou seja, contribuir para a construção da identidade pessoal e social dos educandos.

Para Freire (1996), ensinar, além de requerer uma postura ética do educador que analisa o contexto inserido e responde aos desafios no ensinar, é responsável pelo dinamismo capaz de superar as desigualdades em busca de uma sociedade mais justa e democrática, despertando aptidões, aperfeiçoando habilidades e mantendo a vontade por novas experiências (FREIRE, 1996). Por isso, no âmbito do ensino de História, a educação patrimonial se converte em um

importante instrumento de fortalecimento da cidadania por meio da mobilização da consciência histórica, que aqui se fará pelo viés da História das instituições escolares e do uso dos documentos do arquivo escola do Colégio Estadual Paes de Carvalho.

A convicção defendida a partir daqui é que o processo de ensino-aprendizagem em História é uma interface entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral do cidadão. O instrutivo é o processo de contribuir na formação de indivíduos habilidosos que diante de situações problemas do cotidiano, no caso, específico, a problematização da História do Colégio Paes de Carvalho, sejam capazes de enfrentar e de buscar soluções para resolvê-las. Já o viés educativo se objetiva com os valores e sentimentos que identificam o homem como ser social, compreendendo assim o desenvolvimento de convicções, saberes e fazeres que conduzindo a uma posição transformadora, promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade (FERNANDEZ, 1998), que no caso do Colégio Paes de Carvalho se traduzem em práticas educativas e tradições. Compreende-se, então, que o ensino de História deve pretender a cidadania crítica e atuante, como defende Circe Bittencourt:

[...] A História deve contribuir para a formação do indivíduo comum, que enfrenta um cotidiano contraditório, de violência, desemprego, greves, congestionamentos, que recebe informações simultâneas de acontecimentos internacionais, que deve escolher seus representantes para ocupar os vários cargos da política institucionalizada. Este indivíduo que vive o presente deve, pelo ensino da História, ter condições de refletir sobre estes acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural [...]. Temos que o ensino de História deve contribuir para libertar o indivíduo do tempo presente e da imobilidade diante dos acontecimentos, para que possa entender que cidadania não se constitui em direitos concedidos pelo poder instituído, mas tem sido obtida em lutas e em diversas dimensões (BITTENCOURT, 2008, p. 20).

Quando se compreende o Ensino de História e especificamente a Aula (de História) como espaço de compartilhamento de experiências individuais e coletivas, de relação dos sujeitos com os diferentes saberes envolvidos na produção do saber escolar, amplia-se o entendimento da aula de História colocando-a no debate da que Rusen denominou Didática da História (RÜSEN, 2012).

Em sentido amplo, o Ensino de História não pode prescindir da interdisciplinaridade e ainda de uma aproximação com outras áreas para que assim permita ouvir as vozes diversas e populares, com o objetivo de permitir melhor compreensão das civilizações e das mentalidades (FERNANDES, 2005). Estabelece-se dessa forma a indispensabilidade da educação patrimonial como prática pedagógica que vise à conexão entre as vozes construtoras do patrimônio cultural e dos itinerários históricos realizados pelos homens.

4. INTERFACE ENTRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O ENSINO DE HISTÓRIA

A educação patrimonial na educação básica deve se estabelecer como um processo educativo, permanente e extensivo, centrado no patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, no caso aqui apresentado o uso dos documentos do arquivo escolar do colégio Paes de Carvalho, tomado como fonte primária, sendo as experiências e o contato direto com as evidências e manifestações, em todos os seus aspectos, sentidos e significados, um caminho a ser percorrido na busca de conduzir os alunos a um processo ativo de conhecimento, de apropriação e de valorização de sua herança cultural no âmbito da História das instituições escolares; instruindo-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural, reconhecimento, valorização e preservação (FROCHESATTO, 2012).

Nessa perspectiva a educação patrimonial, traduzida no uso dos documentos do arquivo escolar, como prática educativa encontra-se com o pensamento freireano, no sentido que Freire defende a formação do indivíduo como um ser pensante e atuante na sociedade em que vive e em uma educação que aspira às mudanças e transformações de valores, de maneira a colaborar com o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral. Vivenciando isso com os alunos, criam-se assim condições para o desenvolvimento do ambiente social inserido (FREIRE, 1996).

Nessa lógica, a educação patrimonial, além de uma ferramenta indispensável para o ensino de História, precisa ser valorizada e aprofundada, pois seu aprofundamento teórico resultará no revigoramento e dinamicidade dessa prática educativa no cotidiano escolar. Para tanto, é necessário investir numa educação democrática voltada à reflexão, comunicação, motivação e experiência. Através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, torna-se possível que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão inseridos (FREIRE, 1996, p. 27). Assim, a concepção freireana de educação deságua na educação patrimonial, sendo este o espaço da educação democrática defendida por Freire, pois, como define a publicação “Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos”, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente

entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014).

Considerando que a educação patrimonial necessita da experiência e do contato direto do aluno com o patrimônio, no caso o arquivo escolar, no sentido da aquisição de valores e comportamentos que permitam seu reconhecimento, valorização e preservação, faz-se necessário à escola redimensionar o seu pensar, reformulando suas ações pela compreensão do que a comunidade escolar e a sociedade esperam dela enquanto função social e socializante. Para isso, é fundamental refletir sobre o papel do professor na sociedade dentro de toda regulamentação do sistema de educação, segundo o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Abre-se uma grande problemática: No que, necessariamente, requer um educador e, especificamente, de História? A partir de Freire (1996) que seja um profundo conhecedor do próprio homem e da sociedade em seu itinerário histórico, que com capacidade crítica, condutor e sistematizador do processo de aprendizagem: é aquele que estabelece uma relação dialógica com o educando, exercitando-o na arte do raciocínio crítico, na observação apurada dos fatos e na organização e correção do pensamento. Tem consciência de que ensinar é muito mais do que transmitir conhecimento, levando o aluno a pensar de modo reflexivo e criticamente a respeito do conteúdo aprendido.

Não se pode compreender que ensinar História é transferir conhecimento e informações históricas, ou que ensinar a partir da Educação Patrimonial é levar alunos a museus e centros históricos, pois ensinar, no viés da Educação Patrimonial significa para Fochesatto criar as possibilidades para a produção e construção de consciências diversas que desaguem em valorização e preservação dos saberes e das memórias históricas, de mentalidades (FOCHESATTO, 2012).

A educação patrimonial deve oferecer contribuições para ampliar a prática docente no ensino de História, com suas diferentes matrizes de referências identitárias, destacando os vínculos entre o que Le Goff conceituou como História e memória para o processo de ensino e aprendizagem, enfatizando a conjunção entre pesquisa e ensino ao nível da educação básica. Neste caso, esta será vista como incentivadora de ações para conservação, preservação e valorização dos bens culturais, uma vez que a causa da degradação e a desvalorização do patrimônio cultural é compreendida, entre outros motivos, a falta de práticas educativas.

O patrimônio histórico e cultural constituído por bens materiais e imateriais são impregnados de um valor simbólico, para a comunidade representa a memória que foi valorizada e materializada ao longo do tempo. Por isso, o patrimônio permite que a sociedade civil, os educadores e os órgãos públicos, na contemporaneidade, possam desenvolver ações adequadas que fortaleçam a identificação, a valorização e a preservação da memória dos lugares e os lugares de memória, dentro desta nova perspectiva histórica, uma verdadeira educação patrimonial. Para tanto, deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2002). É preciso, pois, uma habilidade dos professores de História para lidarem com esses conceitos em suas práticas pedagógicas, dado que, não existirá um Ensino de História pleno e eficiente sem a prática da Educação Patrimonial. Por isso, o processo ensino-aprendizagem em História deve ser compreendido como uma política cultural, isto é, como um empreendimento que deve considerar com seriedade as relações étnicas, de classe, gênero e poder na produção e legitimação do significado e experiência, considerando a argumentação de Marc Bloch, a História deve ocupar-se em estudar também o tempo presente, já que, para o autor, a História é a “Ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55).

Concebe-se, assim, que o conhecimento histórico é uma construção social do presente, deste modo, torna-se necessário examinar a constelação de interesses econômicos, políticos e sociais que as diferentes formas de conhecer, inclusive no material didático, podem refletir. Já que estudar o passado, é uma necessidade dos tempos atuais, que privilegia muito o efêmero das novidades do presente em detrimento do passado. Então, a educação patrimonial é um viés indispensável do ensino de História, segundo Hobsbawm, conhecer a História de um povo, de uma nação, significa a construção e afirmação de uma identidade histórica e cultural (HOBSBAWM, 1995, p. 13). Por isso, a interface entre o ensino de História e uma educação patrimonial centrada no pluralismo cultural que não vise somente evocar fatos históricos “notáveis” que consagram valores de classes privilegiadas, mas que concorra na rememoração e preservação daquilo que tem significado para diversas experiências culturais que formam a identidade cultural do Brasil.

5. O USO DOS ARQUIVOS ESCOLARES NO ENSINO DE HISTÓRIA

É importante considerar que os arquivos escolares são espaços restritos aos funcionários da secretaria das escolas, sendo esses arquivos fontes inesgotáveis de informações e memórias sejam elas individuais ou coletivas (FERREIRA, 2019). Nos citados arquivos, são encontrados documentos dos mais variados tipos: históricos escolares, planejamentos, planos de aula, fotos,

projetos políticos pedagógicos, boletins, livros de ponto de funcionários e professores, livros de ocorrência, inventários, atas de reuniões, prontas para a problematização e uso nas aulas de História.

A compreensão que se estabelece é que o uso de fontes documentais dos arquivos nas aulas de História, configura-se num exercício de educação patrimonial no sentido de colocar o aluno diante do processo de construção do conhecimento histórico e dos pressupostos indispensáveis para esse protocolo de pesquisa, compreendendo que não há uma verdade absoluta a respeito do fato histórico, mas versões possíveis, construídas a partir de documentos com fins parciais e específicos que podem ser problematizados e que, a partir da História das instituições escolares, no caso do Colégio Estadual Paes de Carvalho, é possível perceber como afirma Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli, “que uma realidade local não contém, em si mesma, a chave de sua própria explicação, pois os problemas culturais, políticos, econômicos e sociais de uma localidade explicam-se, também, pela relação com outras localidades, outros países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos” (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 138), ou seja, perceber que a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho está conectada à conjunturas históricas locais, nacionais e internacionais presentes nos conteúdos programáticos. Portanto, o uso dos arquivos escolares e suas fontes documentais no âmbito da História das instituições escolares na educação básica é exequível no ensino de História e da educação patrimonial na perspectiva da didática da História.

6. UMA PROPOSTA DIDÁTICA

A proposta didática de uso dos arquivos e fontes documentais do Colégio Estadual Paes de Carvalho parte de uma preocupação preliminar que é a superação dos dilemas do ensino de História na educação básica, em especial quanto à sua função e importância na sociedade e na escola contemporâneas. A História pode permitir ao sujeito problematizar a realidade cotidiana, percebê-la como algo que não é natural, mas que foi construída historicamente, e que, portanto, como agentes históricos, as escolhas que fazem constituem uma construção histórica que pode ser identificada e problematizada na História das instituições escolares. No entanto, alguns pressupostos são indispensáveis ao professor de História e, por conseguinte devem ser socializados com os sujeitos da proposta didática, no caso os alunos.

A princípio, sobre os documentos, é preciso considerar que eles não são inócuos, são antes de mais nada, o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente (LE GOFF, 2002). Portanto, são registros parciais, que atendem a interesses sejam eles próprios da

burocracia, como ofícios, boletins, atas, regimentos, decretos, ou da intencionalidade do autor que omite ou acentua fatos, pessoas e juízo de valor a partir de interesses específicos, não havendo, por isso uma verdade absoluta e inquestionável a respeito dos fatos e processos históricos, mas versões possíveis com base da interpretação e interação do pesquisador com a fonte documental, ou seja, do presente com o passado.

Outro aspecto a ser considerado é que as fontes possíveis para a compreensão da História não se limitam aos registros escritos e oficiais contidos nos arquivos escolares, mas abrangem também objetos, prédios, registros orais, produções escritas não formais, registros iconográficos e que podem não estar no espaço escolar, diluídos entre os sujeitos que fizeram parte da escola em diversos contextos. Como já foi dito, mas é importante retomar, o Ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional exigida pelo sistema educacional, e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização alicerçado em que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos, por isso os arquivos, fontes documentais escolares são uma possibilidade viável dessa superação de abordagem. À vista disso, a História das instituições escolares e os diferentes contextos para sua compreensão podem ser um ponto de partida muito profícuo para a problematização e o ensino de História.

A proposta didática foi intitulada *O Colégio Estadual Paes de Carvalho nos primeiros anos da República* pensada no âmbito da educação básica para alunos do 3º ano do ensino médio, em consonância a matriz de referência ENEM, esta elaborada pelo Instituto de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, da área de ciências humanas e suas tecnologias, na competência da área 1 que diz compreender os elementos culturais que constituem as identidades, nas seguintes habilidades: Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura; analisar a produção da memória pelas sociedades humanas; e associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.

Na proposta, foi inserido de modo central o conteúdo programático da República Velha. No entanto, a História das instituições escolares não atende necessariamente a periodização utilizada na matriz de referência do ENEM e nos conteúdos programáticos da SEDUC, por isso, ultrapassa-se a República Velha e trata-se a Era Vargas, de modo secundário e no sentido das permanências da política educacional da citada República Velha. Como República Velha, tomou-se o período que vai de 1889 à 1930, este período da História do Brasil inicia com um domínio político dos militares, entre 1889 e 1894, conhecido como república da espada, a partir de então é marcado pelo domínio político das elites agrárias, onde o Brasil se firmou como um



país agrário, exportador de café. A Era Vargas adotou-se como início a ascensão ao poder de Getúlio Vargas 1930, após liderar o movimento de 1930 que derrubou o governo Washington Luis, colocando fim à hegemonia política de paulistas e mineiros e os quinze anos de governo Vargas caracterizam-se pelo nacionalismo e populismo.

Na República Velha, ocorreram intervenções federais e estaduais no Colégio Estadual Paes de Carvalho, que sendo problematizadas se convertem em recursos metodológicos no ensino de História. A citada intervenção federal é o Decreto N. 1121 de 01 de novembro de 1892 em que o então Liceu Paraense foi equiparado ao Ginásio Nacional, hoje Colégio Dom Pedro II. A intervenção estadual acerca da denominação como “Paes de Carvalho” 1901 pelo Decreto N. 959 do então Governador Augusto Montenegro. Um fonte documental importante é o álbum com recortes de jornais acerca do centenário da escola em 1941. As notícias da época dão conta de demonstrar o quanto a sociedade e as autoridades civis, militares e religiosas reconheciam a importância da instituição na formação da juventude, comprovando, assim, como as intervenções ocorridas na República Velha permanecem até a Era Vargas. Essas fontes documentais, carregadas de sentidos tais como mudança, permanência, resistência, ruptura e continuidade, contidas nos arquivos do Paes de Carvalho, convertem esse espaço no que Pierre Nora chamou de lugar da memória, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente” (VIDAL, 2005, p. 19). E é nessa abertura de possibilidades de novas leituras que essa proposta metodológica se torna exequível e viável no sentido de tornar a aprendizagem em História mais significativa para os sujeitos.

A atividade objetiva compreender o período da instauração da República em 1889 até a República Velha, considerando o que já foi dito acerca das permanências na Era Vargas, a partir das fontes documentais contidas no arquivo do Colégio Estadual Paes de Carvalho. Analisando que na História das instituições escolares é ampliada as possibilidades de compreensão da própria História da educação, a medida em que a História dessas instituições se relacionam com o todo, no sentido que os processos históricos do período estão evidentemente implicados na escola. Para isso, é fundamental romper com a lógica estabelecida pelo sistema educacional que impõe à escola, sobretudo no ensino médio, a condição de reprodutora de saberes previamente estabelecidos que visam ao acesso ao ensino superior. Essa proposta metodológica apresenta a possibilidade de fazer da escola um lugar de pesquisa, novas problematizações e consequentemente produção de saber por alunos e professores.

Utilizar-se na proposta didática: Imagens do prédio em diferentes épocas da escola; Imagens das placas alusivas aos fatos importantes da escola; O decreto com a denominação ao

Drº Pais de Carvalho; Os decretos de equiparação do Colégio Estadual Paes de Carvalho ao Colégio Dom Pedro II; O álbum de recortes de jornais da festa de cem anos da escola em 1941; Fragmentos do texto da Reforma de Francisco Campos; Fragmentos da Reforma Capanema; Fragmentos do texto do Regimento Escolar de 1946. As referidas fontes deverão ser expostas aos alunos por meio de equipamento de data show, sendo essas digitalizadas previamente.

A utilização das fontes documentais do arquivo da escola e todo o procedimento de pesquisa historiográfica, da crítica às fontes e elucubração das versões e interpretações dessas fontes, realizadas com os alunos na sala de aula, promovem uma verdadeira educação patrimonial no sentido de proporcionar aos alunos a experiência com o contato direto com o patrimônio para a aquisição de valores de reconhecimento, preservação e conservação, além de proporcionar aos alunos a percepção da prática de pesquisa do historiador compreendendo assim, o modo como o conhecimento histórico é formulado.

É imprescindível, durante a atividade, estabelecer a relação entre a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho com os conteúdos programáticos e os contextos selecionados previamente. Estabelecer essa relação é fundamental para que os alunos percebam como a História da instituição escolar estava interligada aos acontecimentos nacionais, e como esses acontecimentos influenciavam na realidade da escola, no que se refere à gestão, e à currículo, denominação da instituição.

Para a execução da proposta didática será necessária a utilização de cartolina, pincel atômico, notebook, data show. Com as cartolinas e o pincel atômico serão confeccionados cartazes indicativos dos espaços de visitação da escola, como biblioteca, arquivo, secretária e escadaria. Também serão elaborados cartazes que serão colocados no interior do arquivo da escola, que indicarão a organização dos documentos por década.

Também será necessário o uso de equipamento de scanner, para digitalizar os documentos que serão utilizados nas atividades, para serem apresentados em slides. Essa preocupação se justifica pelo fato de que muitos documentos estão em situação precária e o manuseio desses documentos sem o devido cuidado pode danificá-los irremediavelmente.

Considerando que na educação básica a disciplina História tem duas horas-aula durante a semana, a atividade duraria 8 (oito) horas aula que somariam cerca de um mês. A proposta didática seria realizada em 4 (quatro) partes, sendo elas a aula expositiva, a visitação monitorada, a socialização da experiência e a elaboração do livro de registro da atividade.



A aula compreende uma exposição sobre a importância da História das instituições escolares, o contexto do conteúdo programático e a apresentação dos conceitos que serão utilizados, como memória, valor, arquivo, fontes históricas, documentos, monumentos, tradição. Nesse primeiro momento, o aluno deve ser orientado a fazer registros fotográficos da visita ao espaço escolar e ao arquivo. A proposta é que o aluno se aproprie de elementos que são utilizados pelo historiador para o início de uma pesquisa documental.

A visita monitorada nas dependências do Colégio deve ser realizada no conjunto do espaço escolar: entorno, corredores, pátios, biblioteca e culminar no arquivo da escola. Os alunos devem fotografar toda a visita. No arquivo da escola, deve ser apresentado alguns documentos previamente selecionados que demonstrem diferentes épocas que a escola vivenciou ao longo dos seus 177 anos. A ideia é proporcionar aos alunos a percepção do passado, as formas de documentação e sua importância ao presente.

A socialização da experiência e debate sobre as fontes históricas abrange experiências e imagens que foram produzidas por eles ao longo da visita monitorada. A partir da socialização, o professor apresenta as fontes documentais previamente selecionadas e relacionando-as com o contexto histórico estabelecido. É fundamental apresentar a vida e a obra do Drº Paes de Carvalho que denomina a escola, relacionando a denominação com a problemática da instauração da república no Brasil e no Pará. A partir daí, segue a apresentação das fontes documentais: Decreto Federal N. 1121 de 1892 – Equiparação ao Colégio Dom Pedro II do Rio de Janeiro; Decreto Estadual 959 de 1901 – Denominando a instituição escolar em Paes de Carvalho; Álbum do centenário da Escola; Reformas Francisco Campos e Capanema; Regimento de 1946. Com a apresentação das fontes documentais, será possível relacioná-las ao contexto da República Velha, no sentido de perceber a permanência e mudança de concepção escolar no período, resultado de como os modelos econômicos se apropriam da educação como aparelhos ideológicos do estado (ALTHUSSER, 1985).

Finalmente, propõe-se a elaboração do livro de registro da atividade que se constitui no produto didático da atividade e será construído a partir das fotografias feitas pelos alunos na visita monitorada que serão impressas. Os relatos e as citações dos alunos sobre a atividade didática deverão ser cuidadosamente selecionados, transcritos e anexados no livro de registro. O livro de registro deverá ser protocolado e arquivado na escola. Concluindo, assim, a atividade didática com a construção de um produto didático.

A avaliação da atividade se faz presente em todos os momentos da aplicação da proposta didática. Como prática formalmente organizada e sistematizada, deve se realizar a partir dos objetivos estabelecidos na proposta, que, por sua vez, refletem valores e conceitos indispensáveis, tais como fontes documentais, patrimônio e História. Também não deve acontecer em momentos isolados do trabalho pedagógico, mas permear todo o processo de aplicação da atividade.

A avaliação está estritamente ligada à natureza do conhecimento historiográfico e deverá ajustar-se a ela se quiser ser fiel e manter a coerência epistemológica. Na condição de avaliador, o professor irá interpretar e atribuir sentidos e significados à avaliação em três aspectos, sendo eles: diagnóstica, formativa e cooperativa. A primeira deve acontecer no início de cada parte, pois assim fica mais fácil detectar os erros e reordenar as atividades que estão sendo realizadas, caso haja necessidade. A formativa terá o propósito de informar ao professor e aluno sobre os resultados da aprendizagem durante as atividades escolares, no qual possibilita a reformulação do mesmo e assegura o alcance dos objetivos, ou seja, como os alunos estão se modificando em direção aos alvos estabelecidos enquanto a cooperativa será efetuada na última duas últimas partes da aplicação da atividade. Nela, o professor estimula o aluno a coletar evidências concretas de trabalhos e proporcionar condições para que análise, juntamente com o grupo, o processo obtido é aperfeiçoá-lo para uma convivência democrática no grupo e na sociedade.

A discussão em grupo é uma forma cooperativa de desenvolver habilidades mentais através de uma reflexão sistematizada, afirma Sant'Ana (2009). Essa avaliação oferece vantagens individuais e em grupo para os alunos, pois existe o reconhecimento da colaboração de cada um para com o grupo, e também a valorização do exercício de cada atividade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta didática formulada com o intuito de usar, no ensino de História, os documentos dos arquivos escolares traz em si um debate teórico-metodológicos que envolve as dimensões do ensino de História na educação básica, bem como o debate sobre os fins da educação patrimonial e, de modo central, o uso dos arquivos escolares nas aulas de História.

Dois aspectos são importantes e merecem destaque acerca da proposta didática. O primeiro é que ela proporciona ao aluno experienciar a pesquisa histórica, a realidade dos arquivos e dos documentos e o processo de produção historiográfica. Colocando, assim, o

aluno, numa posição ativa no processo de produção do saber, convertendo a escola e a sala de aula em um lugar de produção de novos saberes.

O outro aspecto é acerca do desafio de novas abordagens no ensino de História, no âmbito da educação patrimonial, pois, a educação patrimonial, longe de ser reprodução de saberes e discursos oficiais, é a oportunidade de reconhecimento e de apropriação de bens e memórias. Essa compreensão, quando colocada em consonância com a História das instituições escolares, formula um novo e grande campo de problematização do ensino de História que, para sua elucubração necessita de uma nova postura de educador que ao contrário de detentor do saber, é aquele que proporciona encontros e descobertas. Nesse sentido, a educação patrimonial, como prática educativa encontra-se com o pensamento freireano, no sentido que Freire defende a formação do indivíduo como um ser pensante e atuante na sociedade em que vive e uma educação que aspira às mudanças e transformações de valores, de maneira a colaborar com o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade em geral. Vivenciando isso com os alunos, criam-se assim condições para o desenvolvimento do ambiente social inserido (FREIRE, 1996).

Portanto, o uso didático dos arquivos e documentos escolares, são práticas de educação patrimonial que além de uma ferramenta indispensável para o ensino de História, precisa ser valorizado e aprofundado, pois seu aprofundamento teórico resultará no revigoramento e dinamicidade dessa prática educativa no cotidiano escolar. Para tanto, é necessário investir numa educação democrática voltada à reflexão, comunicação, motivação e experiência. Através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, torna-se possível que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual com a qual estão inseridos (FREIRE, 1996).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1985.

ACERVO de arquivos pessoais do Centro de pesquisa e documentação de História contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:< <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Pais%20de.pdf>> Acessado em:<11/08/18.

ACERVO de arquivos pessoais do Centro de pesquisa e documentação de História contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

<<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO,%20Pais%20de.pdf>> Acessado em: 11/08/18.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, p. 192 – 195, 2009

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acessado em: 25/06/18.

ARAÚJO, I. H. T. F. **A disciplina escolar matemática no Gymnasio Paes de Carvalho durante a primeira república**. 2017. 269 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências de Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9335/1/Tese_DisciplinaEscolarMatematica.pdf>. Acessado em: 25/06/18

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf>. Acessado em: 25/06/18

BURKE, P. Abertura: a nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P.(Org.). **A escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História: Ensaios de teoria e método**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CHAQUIAM, M. *et al.* Recortes Históricos do Liceu Paraense ao Colégio Estadual Paes de Carvalho. In: **X ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.lematec.net.br/CDS/ENEM10/artigos/PT/T6_PT525.pdf>. Acessado em: 11/08/18.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, Ano LVI, Nº15338, Belém: 1 de Setembro de 1946.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Histórico, conceitos e processos – IPHAN – Publicação Original. 2014. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acessado em: 23/02/2023

FERNANDES, J. R. O. **O ensino de História e a diversidade cultural: Desafios e possibilidades**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567.pdf>>. Acessado em: 11/08/18.

FERNANDEZ, F. A. **Didáctica y optimización del proceso de enseñanza- aprendizaje**. In: Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño. La Havana, Cuba, 1998.

FERREIRA, S. S. **Arquivos escolares como fonte de informação : intervenção na elaboração de modelo de gestão documental**. 2019. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

FOCHESATTO, C. M. **A imagem do museu: educação patrimonial na educação básica**. 2012. Disponível em: < <http://seer.ufs.br/aedos/article/view/31222/20866>>. Acessado em: 11/08/18

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LARAIA, R.B. **CULTURA, UM CONCEITO ANTROPOLÓGICO**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA - **DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942** - Publicação Original. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 11/08/18.

LE GOFF. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

LOMBARDI, J. C. **Marxismo e História da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Campinas: UNICAMP, 1993 (Tese de Doutorado). Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253084>>. Acessado em: 25/06/18.

LOMBARDI, J. C. **História e Historiografia da Educação no Brasil**, 2003. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis14/art4_14.pdf>. Acessado em: 25/06/18.

LOMBARDI, J. C. **Historiografia Educacional Brasileira e os Fundamentos Teórico-Metodológicos da História**. In: II Seminário do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação de Sergipe, 2002, Sergipe. Anais 1998 / Seminário do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Sociedade e Educação. Sergipe: Gráfica Editora J. Andrade, 1998. p. 81-122. Disponível em: <https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario4/trabalhos.htm>. Acessado em: 25/06/2018.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DO ENEM. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf>. Acessado em: 11/08/18.

MORAES, F. T. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2761/1/Dissertacao_EducacaoPrimeiroGoverno.pdf>. Acessado em: 25/06/18

NORA, P. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. São Paulo: Projeto História, n.10, dez. 1993.

OLIVEIRA, B. F. **A produção intelectual e a docência de Domingos Sylvio Nascimento: Contribuições para a História da Educação no Pará (1903 - 1947)**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8486/1/Dissertacao_ProducaoIntelectualDocencia.pdf>. Acessado em: 25/06/18

OLIVEIRA, P. A. **Métodos e técnicas de ensino na disciplina de História: superando o ensino tradicional**. 2013. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4420/1/MD_EDUMTE_2014_2_71.pdf>. Acessado em: 11/08/18

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acessado em: 11/08/18.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf>. Acessado em: 11/08/18.

RIBEIRO, J. O. S.. **A tradução da tradição em práticas curriculares no colégio estadual Paes de Carvalho**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2013. Programa de Pós- Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4064/1/Tese_TraducaoTradicaoPraticas.pdf>. Acesso em: 25/06/18

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Tradução de Peter Rautmann, Caio Pereira, Daniel Martineschen e Sibebe Paulino. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

SAVIANI, D. **Instituições Escolares: conceito, História, historiografia e práticas**. Cadernos de História da Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382/363>>. Acessado em: 25/06/18

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Belém, PA, 2018. Disponível em: <http://www.seduc.pa.gov.br/supletivo/arquivos/EM_HISTORIA.pdf>. Acessado em: 11/08/18.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3- 30.